



José Gabriel Avila\*  
jgazores@gmail.com

# A saúde e as pessoas primeiro

*“Ante vejo uma batalha dura e difícil para convencer da urgência de novos caminhos, os defensores das teorias e práticas neoliberais, do Estado mínimo, do comércio livre de tutelas e do consumo sem medida. Com acesso fácil aos gabinetes do poder, eles tudo fazem para manter e controlar o ‘status quo’”.*



Uma das consequências deste já longo período pandémico é a abundância de opiniões, por vezes contraditórias, que diariamente surgem nas televisões. São representantes de instituições médicas, científicas, educativas e pedagógicas, económicas e sindicais, membros de partidos parlamentares com pequena e grande expressão eleitoral, autarcas, empresários e investidores – um cortejo enorme de gente que lança para a opinião pública frases e expressões só por eles inteligíveis que geram mais perplexidade e dúvidas do que tranquilidade e segurança no cidadão-comum.

A isto acresce o fato de, nos Açores, haver normativos regionais de resposta às situações existentes, o que gera ainda mais indecisões sobre os comportamentos que devemos ter.

Os tempos não vão fáceis para quem foi ou está afetado pela enfermidade.

No rosário de dificuldades, inclui quem tem de zelar pela saúde pública, pelo bem-comum e pela vida do dia-a-dia de tantos cidadãos afetados pelo enorme retrocesso da atividade económica e pela consequente perda do poder de compra.

Os governantes prometem, constantemente, apoios para tudo e para todos. Mais parece um poço sem fundo o orçamento das nações e da própria União Europeia.

Mas será mesmo assim? Ou a solidariedade europeia já ultrapassou os limites e, sem o sabermos, estamos a entrar em mais um ciclo de bancarrota, passados que são dez anos após a última rutura orçamental?

Era bom que os políticos abrissem o jogo e fa-

lassem verdade.

Entre nós, assiste-se a persistentes reivindicações de apoios vindos dos diversos setores económicos e classes sociais afetados pela pandemia. A todos o novo poder regional promete ajuda e compreensão, que se traduzem em ajudas dos cofres regionais.

Para quem garantiu, em outubro, reduzir apoios sociais, mais valia ter sido prudente e não ter desbaratado a “confiança” de parte dos eleitores mais vulneráveis.

Aguardo, com expectativa a proposta do Plano e Orçamento para o corrente ano. É nesse documento que o Governo Regional concretizará as suas linhas programáticas, com projetos e realizações que ditarão o seu e nosso próximo futuro.

Da atividade governativa não se conhece ainda (?) decisões que demonstrem o início de um novo ciclo e de novas políticas “reformistas”.

A continuidade da pandemia que não se previa tão duradoura, nem devastadora, irá - estou certo - alterar o paradigma económico vigente e as intenções dos novos governantes.

Os virologistas afirmam, repetidamente, que, a partir de agora, a população estará sujeita a vacinações frequentes, o que implicará alterações na prestação dos cuidados de saúde primários e no exercício da medicina preventiva.

Existem graves e reconhecidas deficiências na prestação de cuidados de saúde, quer nas ilhas “pequenas”, quer em localidades com grande crescimento populacional. A vila de Rabo de Peixe, por exemplo, tão castigada pelo coronavírus, é disso prova e por isso merece um Centro

de Saúde de proximidade, oferecendo serviços de qualidade, capazes de satisfazer as necessidades da sua população.

Há, portanto, que fazer novos e maiores investimentos no setor da saúde, seja em pessoal técnico, seja na modernização dos equipamentos, seja em infraestruturas.

Nada que não tenha já sido projetado de há uns anos a esta parte, quando se começou a falar do turismo de saúde de que o arquipélago pode beneficiar, devido às vantagens do clima ameno e à sua localização geográfica entre a Europa e a América do Norte.

Os cuidados de saúde passarão, portanto, a ter um peso orçamental muito maior e, simultaneamente, implicarão empregos mais qualificados, melhor remunerados, e uma inevitável investigação científica, que suporta os progressos neste setor.

Será, pois, necessária uma adequação dos programas e projetos governamentais, elaborados há meses atrás, para que os Açores acertem o passo com a pós-pandemia e com a incipiente e nova economia que se avizinha.

Temo, no entanto, que a nova realidade social, económica e empresarial não consiga impor-se, de forma assertiva, com apostas na componente ambiental, na redução do consumo e do desperdício, na investigação científica e tecnológica e na transição digital.

Ante vejo uma batalha dura e difícil para convencer da urgência de novos caminhos, os defensores das teorias e práticas neoliberais, do Estado mínimo, do comércio livre de tutelas e do consumo sem medida. Com acesso fácil aos gabinetes do poder, eles tudo fazem para manter e controlar o “status quo”.

Já em outubro último, o Papa Francisco apelou, nestes termos, à comunidade internacional: “O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal.”<sup>1</sup> E acrescentou: “A fragilidade dos sistemas mundiais perante a pandemia evidenciou que nem tudo se resolve com a liberdade de mercado e que, além de reabilitar uma política saudável que não esteja sujeita aos ditames das finanças, «devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos».<sup>2</sup>

Em conclusão: as pessoas, em primeiro lugar, como pilar de uma economia saudável e solidária. De contrário não venceremos nem as futuras epidemias, nem alcançaremos o progresso e a paz.

<sup>1</sup>Papa Francisco, “Fratelli Tutti”, n.º168

<sup>2</sup>idem